

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.497.136 - MG (2019/0126176-5)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
AGRAVANTE : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**
AGRAVADO : **MÁRIO REIS FILGUEIRAS**
INTERES. : **NELIA LUCIA VALADARES**
ADVOGADO : **JOSE MARIA PEIXOTO DE MIRANDA - MG073298N**

DECISÃO

Trata-se de Agravo, interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que inadmitiu o Recurso Especial manejado em face de acórdão assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - CRIAÇÃO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO PARA EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE PROCURADOR MUNICIPAL - DIRECIONAMENTO DOS REQUISITOS PARA PROVIMENTO - OFENSA A PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - DOLO - NÃO-CONFIGURAÇÃO - IMPROCEDÊNCIA - RECURSO PROVIDO.
- Não configura ato de improbidade, por ofensa aos princípios da Administração Pública, a conduta em que não se o identifica dolo, ainda que genérico" (fl. 1.738e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração, rejeitados, nos seguintes termos:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - APELAÇÃO CÍVEL - OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE - INEXISTÊNCIA - ACÓRDÃO QUE APRECIOU TODAS AS QUESTÕES SUBMETIDAS A EXAME NO RECURSO - REJEIÇÃO DOS EMBARGOS.
- Os embargos de declaração visam sanar omissões, contradições ou obscuridades na decisão, não se prestando ao reexame da matéria controvertida e devidamente apreciada no julgado.
- Embargos de declaração não acolhidos" (fl. 1.769e).

Sustenta a parte agravante, nas razões do Recurso Especial, que houve ofensa ao arts. 489, § 1º, IV e 1.022, parágrafo único, II do CPC/2015, pois "das sete questões agitadas nos Aclaratórios e referidas no capítulo anterior, somente uma - a que

atine ao cabimento da remessa necessária - foi devidamente apreciada (vide grifo na transcrição supra). As demais não foram sequer tangenciadas" (fl. 1.783e).

Por fim, "requer o Ministério Público o conhecimento e provimento do Recurso Especial, para anular o acórdão que deixou sem resposta os Embargos Declaratórios" (fl. 1.784e).

Após as contrarrazões, foi negado seguimento ao Recurso Especial, ensejando a interposição do presente Agravo.

A irresignação não merece acolhimento.

Em relação aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, deve-se ressaltar que o acórdão recorrido não incorreu em qualquer vício, uma vez que o voto condutor do julgado apreciou, fundamentadamente, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela parte recorrente.

No que se refere às alegadas omissões, o acórdão recorrido asseverou que não estaria configurada a prática de ato de improbidade administrativa, firme nos seguintes fundamentos:

"Conforme retro consignado, é imprescindível a demonstração do elemento subjetivo do agente, ainda que a título de dolo genérico, para fins de enquadramento da sua conduta às previsões da LIA, o que não ocorreu na hipótese em comento.

Esclareço.

É muito comum no Judiciário a discussão acerca da ocorrência ou não de improbidade nos casos de dispensa de licitação para a contratação de serviços advocatícios. Todavia, causa certa estranheza a insurgência contra a realização de licitação para tanto. Ainda que se trate de serviço habitual e rotineiro do Município, não se verifica qualquer vedação legal de sua contratação por meio de licitação, desde que observados os princípios que regem a Administração Pública (art. 37, caput, CR/88). E, no caso, não houve qualquer apontamento de vícios nos procedimentos licitatórios.

Pode parecer suspeito que, por muitos anos, tenha sido a mesma licitante vencedora do certame. Entretanto, tal situação não configura, por si só, prática de ato ímprobo.

Também não verifico a prática de ato ímprobo na edição de lei que criou o cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Governo e Assessor Jurídico Geral.

Os arts. 26 e 31 da Lei Municipal nº 1.400/2010 trataram dos cargos comissionados da administração pública municipal, tendo

incluído em seu anexo III o cargo de Secretária Municipal de Governo e Assessor Jurídico Geral.

(...)

Segundo alega o Ministério Público, a recomendação feita ao Município foi **no sentido de que se criassem cargos de provimento efetivo de Procurador do Município, sendo inconstitucional a criação de cargo de provimento em comissão para tal função.**

Tais dispositivos foram regulamentados pelo Decreto 1.284/2010 que, em seu anexo, apresentou os seguintes requisitos para provimento no cargo: curso superior em Direito, inscrição na OAB, pós-graduação em Direito Público e experiência mínima de 10 anos na Administração Pública.

Referidos requisitos foram impugnados pelo Ministério Público, uma vez que indicariam o direcionamento para que a servidora Nélia Lúcia Valadares assumisse a função. Entretanto, esses requisitos são completamente compatíveis com as funções do cargo, não se podendo concluir pelo direcionamento.

Ademais, em se tratando de cargo de provimento em comissão, ainda que não existissem tais requisitos, seria possível a contratação de Nélia Lúcia Valadares.

Não se verifica, portanto, que, nos atos apontados pelo Ministério Público, esteja configurado o dolo necessário para caracterizar a conduta ímproba" (fls. 1.743/1.745e).

Vale ressaltar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, REsp 1.666.265/MG, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 21/03/2018; STJ, REsp 1.667.456/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/12/2017; REsp 1.696.273/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 19/12/2017.

Em face do exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do Agravo para negar provimento ao Recurso Especial.

I.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora